

A REFORMA ORTOGRÁFICA DE 1931: AS POLÊMICAS DOS ARTIGOS NO *SERGIPE JORNAL*.

MOTA, Eline Cardoso.
eline_cardoso_mota@hotmail.com

TAVARES, Patrícia Carine Malafaia.
pattymalafaia@hotmail.com

MARTINS, Thelma Christina dos Anjos.
thelmyynha@hotmail.com

GALLY, Christianne de Menezes. (Orientadora)
christianne.gally@gmail.com

RESUMO

Todas as reformas ortográficas no Brasil trouxeram discussões acerca de suas vantagens e desvantagens. De um lado estavam os teóricos da língua (lingüistas, filólogos, gramáticos e alguns escritores), do outro, os usuários. Em janeiro de 2009, entrará em vigor a nova reforma ortográfica, depois de inúmeras negociações entre os países lusófonos. Isto provocou uma série de publicações não só acerca da inviabilidade de tal reforma (por parte das editoras) como também das dificuldades em se reconhecer, por exemplo, a pronúncia correta de algumas palavras (por parte dos estudantes). Durante dois meses, aproximadamente, não se lia e ouvia outra coisa a não ser esta reforma. Em 1931, não foi diferente. Se hoje, com toda a tecnologia digital cooperando, causou alaridos, em 1931, os jornais, principal meio de comunicação, demonstravam a falta de respeito com os cidadãos brasileiros em relação a sua língua. Este artigo, portanto, analisa os discursos contrários à Reforma de 1931, contidos em artigos publicados no “Sergipe Jornal”, sob o ponto de vista da história das idéias lingüísticas.

Palavras-chave: Reforma Ortográfica, língua portuguesa, história das idéias lingüísticas.

ABSTRACT

All spelling reforms in Brazil have discussions about of their advantages and disadvantages. On one side were the theorists of language (linguists, philologists, grammar and some writers) of otherwise, users. In January 2009, it will enter into force the new spelling reform, after numerous negotiations between the countries Portuguese language. This caused a series of publications not only about the viability of such a reform (from the publishers) but also of finding it difficult to recognize, for example, the correct pronunciation of a few words (by students). For two months, around, they do not read and hear something else than this reform. In 1931, was no different. If today, with all the technology Digital cooperating, caused uproar in 1931, the newspapers, main means of communication, showed a lack of respect to citizens Brazilians on their language. This article therefore examines the speeches against the reform of 1931, contained in articles published in "Sergipe Jornal," from the point of view of the history of ideas linguistics.

KEY – WORDS: Spelling reform, Portuguese language, history of linguistic ideas.

INTRODUÇÃO

Todas as reformas ortográficas no Brasil trouxeram discussões acerca de suas vantagens e desvantagens. De um lado estavam os teóricos da língua (lingüistas, filólogos, gramáticos e alguns escritores), do outro, os usuários. Em janeiro de 2009,

entrará em vigor a nova reforma ortográfica, depois de inúmeras negociações entre os países lusófonos. Isto provocou uma série de publicações não só acerca da inviabilidade de tal reforma (por parte das editoras) como também das dificuldades em se reconhecer, por exemplo, a pronúncia correta de algumas palavras (por parte dos estudantes). Durante dois meses, aproximadamente, não se lia e ouvia outra coisa a não ser esta reforma. Em 1931, não foi diferente. Se hoje, com toda a tecnologia digital cooperando, causou alaridos, em 1931, os jornais, principal meio de comunicação, demonstravam a falta de respeito com os cidadãos brasileiros em relação a sua língua. Este artigo, portanto, analisa os discursos contrários à Reforma de 1931, contidos em artigos publicados no “Sergipe Jornal”, sob o ponto de vista da história das idéias lingüísticas.

A Reforma Ortográfica que entrou em vigor no ano de 1931, foi proposta por Portugal em 1907 com o intuito de unificar a ortografia acreditando-se que traria para ambos os países um conhecimento fácil e rápido da Língua Portuguesa. Observou-se que em Sergipe as opiniões se dividiram, uns apoiaram e outros foram radicalmente contra a Reforma. Assim, foram selecionados artigos e ensaios publicados nos jornais de 1931, a fim de identificar o conteúdo dos argumentos utilizados para estabelecer os posicionamentos, o lugar discursivo.

Para empreender esta pesquisa bibliográfica, foram feitas visitas à Biblioteca Jacinto Uchôa no Campos I da UNIT, Biblioteca Pública Clodomir Silva e Biblioteca Pública Epiphânio Dória para realização de consultas aos livros que abordam esse tema e aquisição do material necessário para este estudo. Foi visitado também o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, onde foram encontrados vários títulos de jornais entre os quais o “Sergipe Jornal” no ano de 1931 que continha maior número de informações acerca da Reforma.

Vários autores portugueses e brasileiros escreveram algo sobre esta Reforma, dentre eles podemos destacar Almeida Garret, Ataliba de Castilho, Antônio de Morais e Silva, Gonçalves Viana, Carolina Michaellis Vasconcelos em Portugal; no Brasil, Silva Ramos, Domingo de Castro Lopes, Sousa da Silveira, e em Sergipe destacaram-se Laudelino Freire, Silvo Romero e João Ribeiro. Depois de ler as justificativas dadas por esses intelectuais acerca desta Reforma e acompanhar as polêmicas suscitadas, escolheu-se apenas uma perspectiva: os argumentos contrários a ela, apresentados no *Sergipe Jornal* para posterior confronto.

A importância desta pesquisa é compreender a maneira pela qual uma Reforma Ortográfica é empreendida, em especial a de 1931, sob o ponto de vista dos argumentos contrários a ela para identificar o conflito existente entre a oralidade e a escrita, que foi a conclusão a que se chegou ao final desta pesquisa.

Inicialmente, fez-se um estudo sobre a constituição dos vocábulos da língua portuguesa, depois discutiu-se sobre o problema da ortografia e simplificação ortográfica para finalizar com a análise dos artigos publicados no *Sergipe Jornal*.

OS ESTUDOS DOS VOCÁBULOS

Para Michaellis existem no vocabulário português três camadas diversas, sobrepostas e opostas, na sua maioria de origem latina, dentre elas destacam-se nos estudos de filologia românica: uma antiga de palavras que são de domínio comum, democráticas, outra mais moderna aristocrática, característico de letrados; finalmente outra intermédia, de origem eclesiástica e jurídica.

Os chamados vocábulos populares ou herdados usados pela primeira camada, as de palavras democráticas, foram transmitidos oralmente e adaptados ao sistema

fonético ou às tendências fônicas dos lusitano-romanos, por meio de alterações sucessivas, realizada com grande intervalo de tempo.

Em virtude da estrutura das palavras populares, por sua vez herdadas de origem evolutiva, houve e até hoje existe em regra ortografia fonética. Dessa forma, as palavras são escritas como se profere, perfeita ou imperfeitamente como admitem os vinte e seis caracteres do alfabeto também herdados.

Os vocábulos eruditos, cultos ou literários diretamente do dicionário latim, eram usados propositalmente por letrados e poetas, a fim de incrementar suas obras ou para denominar coisas e expressar novas idéias por serem poucos alterados e eram acomodados à pronúncia nacional, sobretudo nas terminações e nos timbres das vogais.

Segundo Vasconcelos, os vocábulos semi-eruditos e semi-populares também sofreram alterações. As palavras eruditas, extraídas do dicionário latino e helênico, não alterado popularmente, nem quanto ao sentido, nem quanto à fórmula ou apenas levemente aportuguesada, de índole conservativa, esses entraram quase estacionários com todas as letras dos originais na prosa de notário, eclesiástico, arqueológico, historiados e especialistas e também nos versos dos poetas áulicos do século XV até com letras que em Portugal nunca tiveram função privativamente sua, e com grupo de letras que não se encontra em lições herdadas.

Nelas é que figuram os sinais exóticos: **y, th, ph, rh, gh**; muitos **hh**; os grupos **mn, gm, ct, pt, cç, pç, sc; pp, bb, gg, cq** e outras consoantes dobradas, supérflua. Mesmo em bastante das que desceram ao domínio do vulgo, e foram assimiladas às feições populares na pronúncia (p.ex. pela eliminação de **c** antes de consoantes e ensurdecimento das vogais átonas) a grafia conservou-se inalterada; p.ex. **víctima, victória, tractar, prácticá, satisfacção**.

Como esses pares, há outros. A existência de numerosas palavras e duas formas diversas, ou mais, é em geral resultante de latinismos poéticos e eruditos, realizados em épocas diversas, mas principalmente na época áurea da língua e da literatura portuguesa.

Somente os vocábulos populares são representantes legítimos do latim vulgar, rústico. São eles que constituem a parte principal verdadeiramente nacional e próprio da língua portuguesa.

“Mas nenhum dos estudos já feitos à altura do saber romanístico de hoje será preciso refazê-lo, atendendo aos múltiplos e finíssimos estudos etimológicos, e de semântica dos últimos trinta a quarenta anos. É mais um sistema que recomendamos como muito apropriado a futuras dissertações” (VASCONCELOS, 1913, p. 35).

O PROBLEMA DA ORTOGRAFIA

O maior conhecimento do latim, sobretudo com o Renascimento, que proclamava a necessidade de se conhecerem os escritores clássicos, romanos e gregos, foi causa para que começassem a aparecer às complicações gráficas.

Houve erros e irregularidades provenientes em grande parte da pouca sabedoria filológica dos próprios autores, que não tinham meios de se informar rapidamente. Os medievais estavam acostumados a transferir e redigir documentos em latim bárbaro; e os do tempo humanistas a copiar epístolas e poemas virgilianos, em estilo clássico.

“Não autor algum, clássico ou neo-clássicos, que nos possa servir de modelo quanto as questões ortográficas. Nem mesmo enjenhos privilegiados como Luiz de Camões, Herculano e Almeida Garret, porque eram leigos no assunto. Se acertaram em muitos pontos, desacertaram em outros.” (VASCONCELOS, 1913, p. 122)

Poucas imprensas dispunham de artistas habilitados, e os preceitos da mesa sensória não permitiam que o próprio autor lê-se os dizeres de manuscritos aprovados.

Aconteceu que um vocábulo, introduzido por qualquer letrado na acepção ou nas acepções que tinham nos autores clássicos, já existia no núcleo primitivo herdado transformado organicamente quanto à forma e também quanto ao sentido. Um tipo latino ficava desse modo desdobrado em dois: diferenciado ou dissimulado *legitimus*, passando pelas formas de transição: *lidimo*, *lidemo*, *limdo*, dera por ex. em *lindo*, de boa casta, castiço, puro, extremo, bonito.

Depois tornou-se a entrar na forma primitiva *legitimus* (pronunciando legitimo à portuguesa) no sentido também primitivo determinado pela lei ou conforme a lei. *Macula* entrara na língua vulgar com duas formas distintas, diferenciadas já em Roma, como *malha* (*de rede*) e como *mancha* (*de nódoa*). Além disso, na formação semi-erudita: *máguia*, como dor moral; finalmente na fórmula erudita pouco usada *mácula*, como defeito moral. (Cf. VASCONCELOS, 1913)

A introdução de vocábulos eruditos, romanos e principalmente helênicos, liga-se a um problema muito discutido: *O Problema Ortográfico*. Esta introdução é uma das causadoras das anomalias que “deturparam a escrita portuguesa, caótica e incoerente ao extremo”. (VASCONCELOS, 1913 p. 36)

Mas, a principal anomalia abstraiu-se as dificuldades resultantes da complicada fonologia da língua com seus sons nasais, os ditongos puros e nasais, três ou mais: *ee*, *aa*, *oo*, de valor, ora aberto, ora fechado, ora ensurdecido. Foram esses os vocábulos eruditos que deram à escrita nacional, porque é infinita a tendência etimológica, erudita, artificial, conservadora em posição aberta a popular e progressiva tendência fonética que é a análise de todas as ortografias, pois o ideal é a transcrição dos sons realmente proferidos na pronúncia normal das classes cultas.

SIMPLIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA

Para dar à língua a uniformidade gráfica de que ela jamais desfrutara, era necessário que Portugal e o Brasil realizassem simultaneamente e de maneira idêntica a reforma planejada, tendo que escrever daquela época em diante do mesmo modo, racionalmente simplificada, todos os vocábulos de sua língua comum, apesar destes países pronunciarem as vogais tônicas e átonas de timbres diversos. Nos seus traços gerais esta nova ortografia coincidia com a de Gonçalves Viana, porém apresentava algumas diferenças das quais as mais importantes foram: acentuação gráfica moderada; a regularização do vocábulo erudito que continham *ct*, *ç*, *pt*; e principalmente a substituição de *s* nos intervocálicos e *s* no final de vocálicos agudos por *z*. As duas primeiras diferenças admitiram discussão: a última medida, contudo, responsável apenas pelo ponto de vista prático, já era empregada pelos escritores do século XVIII e possuía numerosos imitadores, era inaceitável do ponto de vista científico, histórico e etimológico, necessitando imediatamente de uma discussão serena, embora energética que resolvesse esta briga entre os Reformadores de Portugal e os do Brasil.

José Veríssimo, João Ribeiro e Medeiros e Albuquerque tinham que se convencer de que atenderiam sempre as exigências práticas da grande massa que se preocupavam com a importante missão de instruir e educar, mas nem por isso deixariam de atender as necessidades da unidade da língua, a continuidade do idioma comum como vernáculo literário. Todas as simplificações deveriam assentar-se na base sólida de fatos históricos, evoluções reais, origens verdadeiras. Eliminava-se tudo quanto era errado e supérfluo, conservariam todos os destrutivos que explicassem estados antigos da língua, muitas vezes perpetuados em arcaísmos dialetais. Era, portanto, de boa lei manter-se a diferenciação e não conversos; por exemplo: *paço e passo; poço e posso; coser e cozer*.

Cândido de Figueiredo a favor da simplificação, dentro deste sistema místico, fez no seu popular Consultório Prático de Enfermidade da Língua Portuguesa, propaganda ativa, adiantou-se mesmo a Gonçalves Viana com um volume intitulado Ortografia do Brasil que contribuiu e harmonizou as opiniões. Assim também como Leite de Vasconcelos e Caroline Michaellis que contribuíram para fixação da etimologia e traçaram a história de Vasconcelos.

A Academia Brasileira de Letras sentindo a necessidade de firmar uma ortografia para suas publicações oficiais, resolveu organizar um vocabulário ortográfico adotando as seguintes regras:

1ª regra: quando se encontrassem diversas grafias da mesma palavra, escolhia-se a que mais se aproxima da boa pronúncia, cabendo à Academia fixar a pronúncia que lhe parecesse boa;

2ª regra: eliminando-se por completo, o uso das letras **Y** e **W** de todas as palavras portuguesas, assim, as que eram escritas com **W** seriam escritas com **V** ou **U** dependendo do som que tivesse;

3ª regra: retirando o uso do **H** no meio das palavras a não ser quando se tratar dos grupos **CH**, **LH**, **NH** palavras que sejam compostas de outras que tenham o **H** inicial, como consequência a eliminação do **PH** com som de **F**, nesse caso foi substituído esse diagrama por **F**.

4ª regra: fosse eliminado o uso do **G** com som de **J** no meio das palavras, em vez de escrever agir desta forma, se escreveria ajir com **J**, e legislativo, também seria lijislatico com **J**.

5ª regra: excluí-se sempre o uso do **S** com som de **Z**, como acontece entre vogais e alguns outros casos.

6ª regra: salvando-se os casos em que se empregam **S** e os **RR** dobrados, suprimir-se-ão todas as consoantes duplicadas. Em nenhuma palavra, portanto apareceram **B, D, F, G, L, M, N, P,** ou **T** dobrados.

7ª regra: nenhuma palavra escrevera-se empregando consoante que não tenha nela valor.

8ª regra: nunca se começar palavras por **Ç**.

9ª regra: os casos com que os dicionários admitissem a mesma palavra, ora com **S**, ora com **Ç**, a grafia com **S** deveria ser preferida.

10ª regra: os substantivos e adjetivos, cuja terminação tônica fosse ao singular em **AZ, EZ** até **OZ, UZ** devem se escrever com **Z** final.

11ª regra as palavras terminadas em **ao, ã** longo, terão a vogal **a** com til e as terminadas no mesmo som com pronúncia leve, a vogal **a** seguida de **m** ou **n**.

12ª regra: não se empregará o sinal de elisão nas contrações **deste, desta, nisto, nesta, nele, nela, naquele, naquela, daquilo, desteoutro, aqueleoutro.**

13ª regra: no infinitivo seguido dos pronomes **lo, la, los, las**, não se desagregará o **l**, o qual será transportado para depois do traço de união: **faze-lo, ama-lo,** e não **fazel-o amal-o.**

“É que antes de tudo simplificar a ortografia é diminuir o curso primário de um a dois anos. Estabelecer regras onde há confusões e trapalhadas.” (MEDEIROS E ALBUQUEURQUE, Sergipe Jornal, 1931, p. 1)

REFORMA ORTOGRÁFICA

Gonçalvez Viana era um filólogo, foneticista e lexicólogo português que condenava em absoluto as grafias eruditas como mera superstição, mero alarde de

cultismo ou galicismo, ocupando um lugar a parte na economia da linguagem, não era de estranhar que lhe quisessem dar também quanto à escrita. E compreender equivale a perdoar, também no campo filológico. Houve da parte dos escritores e impressores quinhentistas, numerosas tentativas de nacionalizar os latinismos e grecismos.

Em 1904, Viana, diante das reclamações e dos incômodos sofridos pelos profissionais de Letras, apresentou uma proposta de simplificação ortográfica em “Ortografia Nacional”. Nesta obra ele propunha a valorização de alguns aspectos da fala, tornando assim, a língua portuguesa mais distante do latim e mais próxima do povo.

Os princípios estabelecidos pelo grande foneticista português foram:

“1- Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega, *th, ph, ch (= k), rh e y*.

2- Redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, que têm valores peculiares.

3- Eliminação de consoantes nulas, quando não influam na pronúncia da vogal que as preceda.

4- Regularização da acentuação gráfica.” (COUTINHO, p.78, 2005)

Desde 1907, a simplificação abonava-se dos votos mais notáveis, dentre os quais em primeiro plano estavam: Machado de Assis, João Ribeiro, Heráclito Graça.

Reformar a ortografia competia aos profissionais que se ocuparam cientificamente de línguas, principalmente das neolatinas e em especial do idioma pátrio, independente de pertencer à Academia. Em particular, que se preocupou com investigações históricas e etimológicas, estudou a fundo a ortoépia (nome técnico grego da reta pronúncia) e a fonologia portuguesa, como prova teve-se Aniceto dos Reis

Golçalvez Viana que foi consultado como autoridade por todos os especialistas, e citado com altos louvores, sendo reconhecido pelos seus valorosos trabalhos fora do país.

“Do propósito de escrever a história documentada das ortografias portuguesas, e de acompanhar um plano de reforma, desistira logo que vi surgir Gonçalvez Viana na arena, armado de *pied en cap*, propugnador de idéias que julguei aptas para nos valerem na guerra santa contra a praga do analfabetismo.” (VASCONCELOS, 1913, p. 111)

Depois de ter fixado com rigidez e exposto minuciosamente a pronúncia normal das classes educadas em folhetos eruditos, acolhido com aplausos e gratidão pelos entendedores, lançou-se a base da ortografia portuguesa. Candido de Figueiredo, amador da terra, da sua gente e da sua língua, sem possuir diplomas de filologia, propôs a Academia da Ciência que uma comissão da reforma ou revisão da ortografia, antes que começasse o famoso dicionário dirigido por Latino Coelho.

Não foi dada a importância a esse folheto de 14 páginas.

Gonçalvez Viana não desanimou, fazendo logo tentativas de propaganda prática, imprimindo o *Weerther* de Goethe na nova ortografia, ampliando e aperfeiçoando o trabalho inicial, elaborando um questionário de 115 parágrafos, afim de facilitar discussão e decisão aos acadêmicos, não obtendo resultados.

Em seguida publicou com o título de “Ortografia Portuguesa” as suas próprias respostas e equivalendo a uma análise complexa das anomalias da escrita usual e dos meios de lhes opor, novamente sem obter resultados.

Em Sergipe o presidente da Academia Sergipana de Letras doutor Carvalho Neto expôs, devida e longamente apoiada na autoridade dos maiores filólogos brasileiros, as razões porque se devia adotar o plano da Reforma Ortográfica, que a Academia de Letras lançou. Depois de um minucioso e convincente estudo da questão este mesmo acadêmico resumiu seu pensamento em três propostas, que propusera a decisão da academia: que essa ortografia fosse adotada pelos membros da Academia

sergipana de Letras; que oficializasse ao senhor Interventor Federal no Estado, solicitando deste tornar obrigatória a referida grafia nas escolas e repartições públicas de Sergipe; que fossem feitas propagandas por todos meios ao alcance dessas doção por parte dos senhores acadêmicos. “A diversidade de opiniões sobre a orientação a adotar desapareceu inteiramente, diante da necessidade que todos reconheceram e proclamou de por um termo a cacografia reinante.” (HUMBERTO DE CAMPOS, Sergipe Jornal, 1391, p.1).

ACORDO ORTOGRÁFICO

Foi realizado no último dia do mês de abril, no Rio de Janeiro no ano de 1931 uma sessão especial da Academia Brasileira de Letras, para assinatura do Acordo Ortográfico entre esta associação literária e a sua similar a Academia de Ciência de Lisboa.

Para essa importante reunião distribuíram-se convites ao alto mundo da Literatura e da Ciência da capital brasileira, a ela comparecendo toda elite da política nacional, entre os quais o próprio Getúlio Vargas na época chefe do Governo Provisório do Brasil e todos os ministros de Estado.

A Academia das Ciências de Lisboa, pelo seu representante, o Exm^o Sr. Duarte Leite e a Academia Brasileira de Letras, pelo seu presidente, Fernando Magalhães, firmaram o Acordo Ortográfico nos seguintes termos:

1^o A Academia Brasileira aceita a ortografia oficialmente adotada em Portugal com as modificações por ela propostas e constantes das bases junto, que desse fizessem parte integrante.

2^o A Academia das Ciências de Lisboa aceita as modificações propostas pela Academia Brasileira de Letras e constantes das referidas bases.

3º As duas Academias examinarão em comum às dúvidas que de futuro se suscitaram quanto à ortografia da língua portuguesa.

4º As duas Academias obrigaram-se a empregar esforços junto aos respectivos governos, a fim de, em harmonia com os termos do presente acordo, ser decretada nos dois países a ortografia nacional.

As bases do Acordo:

Eliminar:

1º As consoantes mudas: *cetno, fruto, sinal*, em vez de *sceptro, fructo, signal*.

2º As consoantes geminadas: *sábado, belo, efeito*, em vez de *sabbado, bello, effeito*.

Excetuam-se: os *ss* e *rr*: *russo, carro*: o grupo *çç* quando os dois *cc* soarem distintamente: *sucção, secção*:

3º O *h* mudo mediano: *sair, tesouro, compreender*.

NOTAS:

a) Mantêm-se os grupos *ch* (*chiante*), *lh*, *nh*: *cha, velho, ninho*.

Exceção: Conserva-se o *h* mudo nos vocábulos compostos com prefixo, quando existir na língua como autónoma, o último elemento: *inhumano, deshabetar, deshonra, rehaber*.

b) As formas reflexivas ou pronominais do futuro e condicional dos verbos serão escritas sem *h*: *dever-se-á, amar-te-ei, dir-se-ia*.

4º O *s* do grupo *se* inicial: *ciência, ciática*.

5º O apóstrofo: *deste, daquele, naquele, donde, outrora, estouro, mãe-dagua, dai, dali*.

Substituir:

1º O *k* e o grupo *ch* (duro) por *qu* antes de *e* e *i* e por *c* nos outros casos: *querubim, monarca, química, quilo, Cristo, técnico*.

NOTA:

Conserva-se a letra *k* nas abreviaturas de *quilo* e *quilometro*: *2ks de sal; 50k*, bem como nos vocábulos geográficos ou derivados de nomes próprios: *Kiel, Kiew, Kantismo*.

2º O *w* por *u* ou *v*, conforme a pronúncia do vocábulo: *vormio, vigandias*.

3º O *y* por *i*: *juri, martir, poli, Andarai*.

4º Os grupos *ph, rh* e *th* por *f, r* e *t*: *fósforo, retórica, tesouro*.

5º O *z* final por *s* nas palavras como *água-rás, português, país, após*.

NOTA:

Os nomes próprios, portugueses ou aportuguesados, quer pessoais, quer locais, serão escritos com *z* final, quando, terminados em sílaba longa, e com *s*, quando em sílaba breve: *Tomaz, Garcez, Queiroz, Andaluz; Álvares, Pires, Nunes, Dias, Vasques, Peres*.

OBS.: Os nomes *Jesus* e *Paris* conservarão o *s*, visto a dificuldade de qualquer alteração. No uso do *s* e do *z* médios segue-se o que determinam a etimologia e a história da língua.

6º O *m* por *n* nas palavras em que houver caído o *p* etimológico: *pronto, assunto, isento*.

Grafar:

1º Com *i* as palavras que alguns escrevem com *e* e outros com *i*: *igual, idade, igreja*.

2º Com *s* as palavras que alguns escrevem com *s* e outros com *c*: *cansar*, *pretensão*, *dansa*, *ânsia*.

3º Com *ã*, a sílaba longa: *irmã*, *manhã*, *maçã*.

4º Com *ão* os substantivos e adjetivos que alguns escrevem com *ão* e outros com *am*: *acórdão*, *bênção*.

5º Com *am* o final átono dos verbos: *amam*, *amavam*, *amaram*.

6º Com *ai*, *au*, *eu*, e *oi* os ditongos que alguns escrevem com *ae*, *ao*, *eo*, *io*, *oe*: *pai*, *pau*, *céu*, *viu*, *heroi*.

NOTA:

Não sendo ditongo permanece o digrama *io*: *rio*, *fio*.

Conservar:

1º O *g* mediano: *legislar*, *imagem*.

2º Os ditongos *ue*, *õe*: *azues*, *põe*.

3º Os vários sons do *x* (*s*, *z*, *es*, *ss*, *ch*): *excelente*, *exato*, *fixo*, *próximo*.

Divisão silábica:

1º No infinitivo, seguido de pronomes *lo*, *la*, *los*, *las*, estes se transportarão para depois do hífen, acentuando-se a vogal tônica do verbo, de acordo com a pronúncia: *amá-lo*, *dizê-lo*.

2º Escrever-se-ão com hífen os vocábulos compostos, cujos elementos conservam a sua independência vernácula: *para-raios*, *guarda-pó*, *contra-almirante*.

3º A divisão de um vocábulo far-se-á foneticamente pela soletração e não pela separação etimológica de seus elementos: *subs-cre-ver*, *séc-ção*, *de-sar-mar*, *in-há-bil*, *bi-sa-vô*, *e-xér-ci-to*, *nas-cer*, *des-cer*.

Nomes próprios:

Conservar nos nomes próprios estrangeiros as formas correspondentes vernáculas que forem de uso: *Antuérpia, berna, Cherburgo, colônia, Escandinávia, Londres, Marselha*. Obs.: Sempre que existiam formas vernáculas para os nomes próprios, quer personativos, quer locativos, devem elas ser preferidas.

Acentuação:

Reduzir os sinais gráficos que caracterizam a prosódia, de modo a corresponderem esses sinais à prosódia dos dois povos, tornando mais fácil o ensino da língua escrita.

“Rio, 23-“O Diário da Noite” publica uma nota acentuando que Sergipe foi o primeiro Estado que adotou a Reforma Ortográfica, prestigiando, assim o acordo da Academia Brasileira com a Academia de Ciências de Lisboa.” (Sergipe Jornal, Aracaju, 24 de julho de 1931).

Em Sergipe a Academia Estadual já adotou o novo sistema de escrita, mas alguns de seus membros ainda usavam a forma antiga, a forma clássica. Foi necessário haver um tempo relativamente longo para adotá-lo.

Esse acordo não mereceu, entretanto, os aplausos gerais dos brasileiros, nem encontrou na própria Academia Brasileira de Letras acolhida unânime, sendo que o Sergipano João Ribeiro adotará a reforma apenas por disciplina e pela situação de professor.

“Os milhões de homens que aprendeu a ler não necessitam nem devem necessitar da erudição filológica mais adequada a preocupação dos eruditos. Os motivos de tradição e de hábitos adquiridos são responsáveis para os que se instruíram no antigo sistema, mas não podem pesar nas inteligências infantis que tudo ignoram do antigo ou do novo.” (JOÃO RIBEIRO, Sergipe Jornal, 1931, p.1).

Como surgiram dúvidas na aplicação do Acordo Ortográfico, em matéria de acentuação das palavras, foram elas sanadas pelo Decreto-lei n.º 292, de 23 de fevereiro de 1938.

A REFORMA ORTOGRÁFICA DE 1931, NO SERGIPE JORNAL

O Sergipe Jornal foi um dos jornais estadual mais importante que deu ênfase ao assunto “Reforma Ortográfica”, destacando as opiniões contrárias à reforma:

“Os autores do projeto parlamentar sobre “língua brasileira”, para o qual, certamente, foram impelidos por um justo orgulho nacional, não pensaram nem por um momento nas conseqüências científicas do seu gesto, que logo ressaltaram aos olhos de quantos, como eu, têm por profissão ensinar a língua. Por que livros vamos ensinar? Por que modelos nos orientarmos? (JORGE DE CASTRO, Sergipe Jornal, 1931, p. 1).

“Alguns professores e escritores têm protestado contra o acordo recentemente firmado entre o Brasil e Portugal no sentido de unificação da ortografia.” (Sergipe Jornal – Ano XI – Nº 2714, 1931)

“Lux-jornal, embora lamentamos a influência portuguesa na reforma ortográfica passa a adotá-la. _ O contrário seria a tentativa inútil de um barco frágil vencer a torrente impetuosa. Os que hoje reagiram a reforma serão obrigados a usá-la quando vier para a vida prática a geração brasileira que neste momento frequenta as escolas primárias. Essa geração mais os adeptos da reforma esmagarão os racionários de hoje...” (MÁRIO DOMINGUES, Sergipe Jornal, 1931)

“... Temos, porem, a certeza de que no decorrer dos anos, ressaltara a necessidade de outra reforma de completo acordo com a prosódia brasileira. A língua quem faz é o povo. Os gramáticos ditam as suas regras segundo as tendências populares. Daí resulta a evolução na maneira de falar de todos os povos. A vitória brasileira será ganhar para o futuro porque cada vez mais se acentuará a diferença no modo de falar português e no brasileiro. Nessa ocasião a grafia, embora rendendo homenagem a de Portugal, como a de um grande país amigo, do qual devemos nos orgulhar de filhos, dará seu grito de independência, sem a probabilidade de morte, tal será a nossa fortaleza de ânimo e material. Somos um grande país com um destino glorioso. Temos um dia que surgir ao mundo desvencilhados de todas as prisões que ainda hoje nos diminui. Essa reforma ortográfica que somos obrigados a adotar, porque é melhor do que a desorganização que existia no nosso modo de escrever é uma dessas prisões.” (MÁRIO DOMINGUES, Sergipe Jornal, 1931)

Diante dessas opiniões pode-se perceber que muitos dos profissionais das letras só seguiram as regras da reforma ortográfica por terem sido obrigados. Os

professores de língua portuguesa preocupavam-se como deveriam passar para seus alunos essas novas regras, como adaptá-los a nova ortografia, quais livros deveriam seguir.

Os escritores, gramáticos, lingüísticos e as autoridades governamentais estarão sempre impondo reformar a ortografia, sem se interessarem com a maneira de pensar dos maiores envolvidos, a população, ou seja, os falantes da língua, esses contam com o apoio da minoria, os meios de comunicação de massa que sempre abordam as confusões, prejuízos e insatisfações causados por conta das reformas ortográficas.

Sempre existiu e vão existir as reformas ortográficas, depois de 1931, dois outros Acordos foram celebrados posteriormente entre representantes de um e outro país: o de 1943 e o de 1945. Depois de muita discussão, pronunciou-se o Congresso Nacional pelo de 1943, que mereceu a sansão do Governo, sendo, adotado em todo território brasileiro. Em Portugal, é usado o de 1945.

Passados muitos anos o país vivencia novamente mais umas dessas reformas, a qual entrará em vigor a partir de janeiro de 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procurou-se destacar a reforma ortográfica de 1931, enfatizando as polêmicas dos artigos publicados no “Sergipe Jornal”.

Ao analisar os discursos percebemos que não há muita diferença, se comparados com os abordados nos dias de hoje. Assim como em 1931 houve várias opiniões contrárias à reforma, está acontecendo também nos dias atuais quando se refere à nova reforma que será adotada em 2009. As dúvidas, os medos são os mesmos,

professores, escritores, jornalistas, apreensivos e confusos, tendo que se adaptar a uma nova grafia apenas por uma determinação do governo.

Este trabalho contribuiu de forma significativa para seus colaboradores, pois com ele adquiriram-se conhecimentos sobre a lingüística e a história da língua portuguesa e suas diferentes formas de escrita, em algumas palavras, do ano de 1931 até os dias atuais.

A Reforma Ortográfica seja em 1931 ou 2009, gerou perguntas que jamais foram respondidas tais como: Qual objetivo das reformas ortográficas? Será somente a unificação? Será interesse político? O Brasil deve ou não ter uma língua independente? As respostas para estas perguntas dariam um novo artigo, então fica aí a sugestão para quem quiser dá continuidade a estes estudos.

REFERÊNCIAS

VASCONCELOS, Carolina michaellis. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: Dinalivro, 1913.

SERGIPE JORNAL, janeiro, abril, maio, junho, 1931, 8 p.

SERGIPE JORNAL, novembro, 1935, 2 p.

ILARI, Rodolfo e BASSO, Renato. **O português da gente**. São Paulo: contexto, 2007.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. 7 ed. Rio de Janeiro: ao livro técnico, 2005.